



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS FLORIANO
CURSO EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

MAURICEIA OLIVEIRA SOUSA

**O PROFESSOR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

FLORIANO-PI

2023

MAURICEIA OLIVEIRA SOUSA

O PROFESSOR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Especialização em Educação
Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Floriano.

Orientadora: Prof.^a Dr^a. Leanne Silva de Sousa.

FLORIANO-PI

2023

O PROFESSOR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Mauriceia Oliveira Sousa¹
Professora Leanne Silva de Sousa²

RESUMO

O estudo teve como foco a análise da relação professor e a educação inclusiva, na qual se busca compreender a eficácia e contribuição do papel do professor para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. De modo geral, tem-se como objetivo analisar como os professores da educação de Jovens e adultos devem ser treinados para ensinar os alunos com deficiência, como também, identificar como as práticas Pedagógicas podem contribuir para a inclusão de alunos com deficiência, além disso, investigar sobre a importância da formação do professor para trabalhar com esse público. Utilizou-se como técnica, uma pesquisa do tipo bibliográfica baseada em trabalhos científicos, através de leituras de livros, materiais impressos e eletrônicos. Os resultados apontaram que o professor e a educação inclusiva são fatores primordiais para que os alunos com deficiência atinjam um desenvolvimento significativo, na perspectiva de uma educação de qualidade. E ficou evidente que o processo de inclusão implica um grande desafio, mas que o professor é um mediador que auxilia no desenvolvimento cognitivo e social. O que enfatiza a necessidade de treinamentos destes profissionais para ensinar e avaliar o processo de inclusão dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Professor.

ABSTRACT

The study focused on analyzing the relationship between teachers and inclusive education, which seeks to understand the effectiveness and contribution of the teacher's role to the development of the teaching and learning process. In general, the objective is to analyze how youth and adult education teachers should be trained to teach students with disabilities, as well as to identify how pedagogical practices can contribute to the inclusion of students with disabilities, in addition, to investigate about the importance of teacher training to work with this audience. A bibliographical research based on scientific works was used as a technique, through readings of books, printed and electronic materials. The results showed that the teacher and inclusive education are essential factors for students with disabilities to achieve significant development, from the perspective of quality education. And it became evident that the inclusion process involves a great challenge, but that the teacher is a mediator who assists in cognitive and social development. This emphasizes the need for training these professionals to teach and evaluate the inclusion process of students with disabilities.

Keywords: Education; Inclusion; Teacher.

Data de aprovação: 09/12/2023

¹ Discente do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva. Instituto Federal do Piauí, Campus Floriano – IFPI. E-mail:oliveirasousamauriceia@gmail.com

² Doutora em Química pela Universidade Federal do Piauí. Instituto Federal do Piauí, Campus Valença – IFPI. E-mail:leannesilva@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, nos anos 90, a Política de Inclusão na Educação Especial, substituiu a política de Integração, onde a escola não considera as diferenças individuais e culturais das crianças no contexto social, com isso, transfere para os educandos a adaptação ao modelo escolar existente. Já a política de Inclusão na Educação Especial, busca as diferenças individuais e culturais e que supere a exclusão social e educacional de segmentos sociais, entre os quais, o público alvo da Educação Especial. E Obteve mais força, com o atendimento aos anseios de educadores e movimentos sociais que lutam pelo direito de todos a uma educação de qualidade (Oliveira, 2017).

O processo de inclusão surge de uma nova postura de professores frente à escola comum, visto que, a legislação educacional brasileira, assegura à pessoa com deficiência o seu lugar na sala de aula, porém um dos vários desafios é favorecer a interação de alunos deficientes, adequando às necessidades individuais, com atitudes contextualizada e práticas flexível. A questão central deste estudo é o papel do mediador frente aos desafios de incluir alunos com deficiência no processo de ensino- aprendizagem frente à escola comum.

Para Uchôa e Chacon (2022) a Educação Inclusiva exige uma posição mais definida em relação à tomada de decisão, considerando, portanto, a opção curricular voltada para a criação constante de uma nova cultura escolar que se torna a expressão e a prática de uma verdadeira escola democrática. Permite-se destacar que a inclusão é um ato pedagógico, que exige reflexão, conhecimento da realidade, e a partir de informações obtidas e orientadas pelos objetivos que se pretende alcançar, aprimorando ao Projeto Político Pedagógico da escola, inserindo novas práticas curriculares, como também adaptações físicas necessárias, à medida que trabalha sempre com o propósito definido em relação ao desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos alunos, considerando às exigências da vida social.

Dito isto, o processo de inclusão social, é um dos grandes desafios para os profissionais da educação, visto que, a legislação educacional brasileira, assegura à pessoa com deficiência o seu lugar na sala de aula, porém a falta de preparo e especialização dos professores para atender esse perfil de alunos e garantir sua aprendizagem é cada vez mais necessária. Sabe-se da importância de professores capacitados para que haja uma mudança de paradigmas e ideais, com perspectiva na aprendizagem de qualidade, como forma de contribuição e construção de uma sociedade consciente e menos classificatória.

Oliveira (2017) destaca que para realizar a política de inclusão, é preciso mudanças estruturais nas escolas, atualizações nas ações pedagógicas e na formação de professores, com um currículo mais flexível que possa atender às necessidades específicas dos educandos. Percebe-se com isso, o quanto é fundamental, o aprimoramento desses profissionais em formação continuada para que os mesmos venham a desenvolver postura no processo de inclusão dos educandos com deficiência, procurando facilitar os ajustes importantes para novas práticas de ensino, como facilitador no processo de ensino e aprendizagem que seja de fato inclusivo.

A necessidade de uma educação inclusiva sugere uma nova postura e mudança comportamental por parte dos docentes frente à escola comum, assim como, atitudes quem venham favorecer a interação de alunos, com um direcionamento adequado às necessidades individuais de cada educando, para que os mesmos possam desenvolver suas habilidades.

Este trabalho tem como propósito trazer reflexões sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência, que estão presentes no cotidiano da escola. Pensar a inclusão vinculada ao aspecto da aprendizagem, reveste-se de grande importância pelas implicações que podem ter na formação dos docentes. Diante do contexto, têm-se como temática o professor e a educação inclusiva: um estudo sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência.

Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica através da leitura e com abordagens de autores e estudiosos do tema, além de consultar os materiais impressos e eletrônicos, como internet, dissertações, teses e artigos para a organização de conteúdos mais relevantes sobre a temática em estudo.

Sabe-se da importância da formação continuada de professor, como etapa de fortalecimento das práticas inclusivas na escola, com perspectiva na aprendizagem de qualidade e nos ideais de uma sociedade igualitária. Sendo assim, o papel do professor necessita de uma nova abordagem, utilizando estratégias que visam adequar as necessidades de cada aluno.

Este artigo tem como objetivo geral, analisar como os professores da educação de jovens e adultos (EJA) devem ser treinados para ensinar os alunos com deficiência, e especificamente verificar o processo de inclusão de alunos deficientes, identificar como às práticas pedagógicas podem contribuir para a inclusão de alunos com deficiência, como também investigar sobre a importância da formação do professor para trabalhar com esse público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A história da humanidade mostra como o caminho das pessoas com deficiência têm sido permeados de obstáculos e limitações, que demonstra como a sociedade apresenta dificuldades em lidar com as diferenças, sejam elas físicas ou intelectuais. No entanto, as pessoas com deficiência eram consideradas como ovelhas doentes e débeis que seriam alagadas e asfixiadas, tudo isso devido a ignorância cultural da época (Amaral, 1994). Assim, nos modelos das antigas sociedades, as pessoas com deficiências eram descartadas ou escondidas por serem natas para a vida laboral e intelectual da época.

Tais atitudes não são um sinal dos tempos modernos, nem dos avanços do conhecimento contemporâneo, nem da evolução dos costumes ou dos valores essenciais do homem, ao contrário, os preconceitos têm raízes históricas e culturais. Portanto, conclui – se que as atuais posturas discriminatórias fortalecem – se no tempo, e foram sendo transmitidas culturalmente (Coelho; Kato, 2022).

Portanto, as pessoas com deficiência(s), ao longo dos tempos permanecerem sendo discriminadas independentes da cultura, etnia, situação econômica e social. Tais preceitos marcaram a história e são transmitidos culturalmente.

No contexto brasileiro, a educação especial originou-se no período do império. Mazzotta (1996) relata que a história da Educação Especial no Brasil teve suas origens no período imperial, mas somente a partir da década de 60, é que se institucionalizou no campo educacional. Percebe – se que apesar da educação especial no Brasil, ter se originado no período do império, a mesma não teve impacto positivo na vida das pessoas com deficiência, por haver poucas escolas para surdos.

De acordo com Bautista (1997), a história da educação especial no Brasil se divide em dois momentos a saber.

No primeiro, durante o Brasil Império, as pessoas com deficiências mais acentuadas, impedidas de realizar trabalhos braçais (agricultura ou serviços de casa) eram segregadas em instituições públicas. As demais conviviam com suas famílias e não se destacavam muito, uma vez que a sociedade, por ser rural, não exigia um grau muito elevado de desenvolvimento cognitivo. No segundo momento, ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de escolarização entre a população, a sociedade passa a conceber o deficiente como um indivíduo que, devido suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os normais- deveria, portanto, estudar em locais separados e, só seriam aceitos na sociedade aqueles que conseguissem agir o maior próximo da normalidade possível, sendo capazes de exercer as mesmas funções.

Marca neste momento o desenvolvimento da psicologia voltada para a educação, o surgimento das instituições privadas e das classes especiais (Bautista, 1997, p. 37).

Deste modo, as atitudes sociais frente a história da educação inclusiva brasileira, é marcada por diferentes características e sentimentos com as pessoas com deficiência. Aranha (2001) acredita que esses sentimentos e atitudes eram radicais, ambivalentes, marcados pela dúvida, ignorância, religiosidade e se caracterizavam por uma mistura de culpa, piedade e reparação. Por tanto, a educação inclusiva para pessoa com deficiência tem sido permeada de desafios e limitações, que limita o desenvolvimento social de tais indivíduos, exigindo do professor uma postura que requer o desenvolvimento de uma de uma aprendizagem mais significativa na vida dos alunos, com transtornos, altas habilidades, deficiências visual, deficiência física, deficiência múltipla e com dificuldades de aprendizagem.

Ferreira e Cadavieco (2015) afirmam que nos dias atuais a educação inclusiva toma novas expressões e novas necessidades dentro de um currículo individual, é importante uma pedagogia ampliada, a gestão participativa e todos os projetos educacionais são partes do cotidiano dos professores, porém, para que tudo isso seja implementado é um grande desafio pois é importante que haja uma mediação pedagógica e terapeuta de acordo com a necessidade de cada aluno. Para que haja avanços neste campo, é imprescindível que os sistemas de ensino deem prioridade às necessidades educacionais desde público, através de informação e principalmente na capacitação dos professores.

Nesse sentido, Kassir (2014) expõe que deve-se priorizar as necessidades educacionais dos educandos, com a atualização dos profissionais, com a disseminação de informações sobre as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, e afirma que a formação dos professores para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento de trabalho de equipe são essenciais para a efetivação da inclusão.

É necessário a implementação de programas de formação continuada dos professores, e de recursos necessários na estruturação dos serviços ofertados, para que contribuam com o processo de construção da educação inclusiva, e com o desenvolvimento de um ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas.

No entendimento de Bueno (1999), os professores de classes comuns da Rede Regular de Ensino, para receberem alunos portadores de necessidades especiais em suas salas, deverão ser capacitados e que comprovem, em sua formação de nível médio ou superior, que foram incluídos conteúdo ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvimento competências para perceber as necessidades dos alunos; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimentos, avaliar continuamente a eficácia do processo educativo e atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Para tanto, torna-se necessário que os sistemas de ensino possam ofertar uma aprendizagem que supere os desafios apresentados, para isto, os recursos humanos e financeiros precisam viabilizar e dar sustentação ao processo de uma formação mais inclusiva aos alunos com deficiência.

Conforme Silva (2017, p.18):

O princípio da educação para todos é colocado em prática quando as instituições de ensino se estruturam e se organizam em todas as suas instâncias para acolher e oferecer uma educação de qualidade aos alunos com necessidades especiais atingindo progressos educacionais significativos com esses estudantes. No caso da educação inclusiva, a adaptação da escola na sua totalidade (espaço físico, currículo, metodologias, material didático, etc.) para receber os alunos com deficiência é garantida por lei. Apesar disso, sabemos que, na realidade, as instituições de ensino não estão preparadas para receber e incluir os alunos com deficiência, mas é preciso,

mesmo assim, que se dê o primeiro passo no sentido de matriculá-los na escola regular enquanto se repensa e implanta novas práticas (Silva, 2017, p.18).

Fica evidente do direito da pessoa com deficiência ser matriculada, mas essa atitude ignora a complexidade de fatores que envolvem o ensino, tais como os objetivos de formação, os métodos e procedimentos do professor, a situação social dos alunos, as condições e meios de organização do ensino, os requisitos prévios que têm os alunos em suas individualidades, assim como, as dificuldades adversas, onde o educando é quem precisa se adaptar ao currículo pensado para os alunos conceituados como normais.

Zimmemann (2008) aborda a luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, por exigir mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças. Nesse sentido, a escola deve priorizar valores éticos que possam diminuir as desigualdades sociais, vigentes na identidade intelectual dos discentes e priorizar as necessidades dos mesmos na busca do entendimento do mundo em que vive.

Batista e Cardoso (2020) trazem em seu trabalho, uma reflexão sobre a educação e o processo de inclusão, com práticas menos excludentes no contexto escolar. Sendo que o:

[...] professor precisa ser criativo e buscar estratégias que favoreçam a inclusão e o Desenvolvimento dos alunos, sejam eles considerados com deficiências, limitações ou capacidades restritas ou não. É preciso, antes de tudo, que o professor tenha em mente que a educação poderá ser realmente considerada inclusiva e possibilitará o sucesso de todos os alunos, incluindo-se aí os com alguma deficiência. Assim, a educação inclusiva cumprirá seu papel de acompanhar e motivar o educando em todas as atividades educativas (Batista; Cardoso, 2020, p. 03).

Dessa forma, a educação inclusiva deve romper as barreiras que limita o ensino no contexto educacional superando assim os desafios do processo da aprendizagem do aluno. Neste sentido, o professor exerce um papel importante na superação das dificuldades no processo da educação inclusiva ao identificar as dificuldades e ao mesmo tempo direcionar na busca da superação dos obstáculos, contribuindo assim para o desenvolvimento intelectual dos educandos.

2.1 As exigências legais e a prática da inclusão escolar

A inclusão de pessoas com necessidades especiais tem sido alvo de grandes reflexões, debates e discussões, e mesmo em meio a tantas políticas públicas inclusivas ainda se pretende responder à exclusão, tão marcante em nossa sociedade (Borges; Paini, 2016, p.6). Nos dias atuais tem-se refletido muito a divergência e a necessidade de inclusão no espaço escolar. E neste sentido, mesmo sendo um direito garantido por lei ao aluno deficiente no Brasil é necessário aprofundar a discussão sobre a implantação de educação inclusiva. Há muitas escolas que continuam estagnadas neste sentido.

No entanto, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.º 9.394/96), em seu Artigo 59, destaca como devem ser atendidos os educandos com necessidades especiais, em que destaca as principais diretrizes para o atendimento desses alunos, como:

I- Currículos, métodos, técnicas recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades;

II- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidades de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Quanto ao desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, deve-se buscar parcerias com setores da educação, saúde e assistência social, afim de possibilitar um atendimento integral. As políticas Educacionais voltadas para os educandos com necessidades devem ser baseadas nas diretrizes estabelecidas para a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e educação indígena.

Para esse propósito, Ferreira (2018, p. 4) aborda os quatro pilares da educação, sendo o primeiro “aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser. Firmar a educação inclusiva em todos esses pilares é garantir que a aprendizagem de crianças e jovens com deficiência aconteça por meio das várias possibilidades de desenvolvimento que podemos encontrar na escola”.

Portanto, os paradigmas de ensino estão diretamente correlacionados com as tipologias das necessidades educacionais especiais, no entanto, uma compreensão dos perfis de aprendizagem aos mais variados grupos específicos de alunos, considerando suas individualidades e suas diferenças interindividuais, sejam adaptados às suas características particulares.

Nesse contexto, Lopes (2006) relata sobre o projeto pedagógico que visa à inclusão e necessita estar aberto à diversificação e flexibilização do processo de aprendizagem, contemplando as diferenças interindividuais dos educandos. Uma educação verdadeiramente inclusiva deve reconhecer a diversidade de cada aluno, porém, a exclusão de crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem do sistema educacional é uma realidade. A cada ano, aumenta o número de crianças e jovens que não conseguem se adaptar e atingir os objetivos curriculares esperados para a série em que se encontram e, por isso, passam a compor a categoria dos alunos com Dificuldades de Aprendizagem (Poker, 2018).

Torna-se relevante destacar que a inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta, condizente com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, em um ambiente favorável que beneficie alunos, professores, família e sociedade, onde todos se conscientize de que incluir é compartilhar saberes, é considerar que todos são capazes de produzir mesmo com limitações.

A Escola exerce de fato, um papel relevante, que vai além de uma transmissão de informações, quando consegue incluir todos os envolvidos, promovendo a garantia dos direitos de aprendizagem assistidos, com equidade escolar, sem deixar de considerar os desafios, encarando-os com trabalho contínuo de acompanhamento e aprendizagem (Santos, 2018). Ainda de acordo com Santos (2018) acredita-se que a reflexão sobre a temática da Educação Inclusiva, viabiliza a construção de uma educação mais afetiva e humana, sendo um instrumento pedagógico de transformação.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Este artigo buscou realizar reflexões sobre o entendimento da educação, no contexto da educação inclusiva. Foi abordado a inclusão no contexto escolar como uma realidade que exige todos os envolvidos sejam dedicados e tenham capacidade para lidar com a diversidade de capacidades e limitações que os alunos apresentam. Considerando assim, a necessidade de atender o que diz a lei em vigor sobre essa temática serem cumpridas.

Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica do tipo exploratória, com a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar ideias. A mesma possui caráter qualitativo, uma vez que permite que a autora possa descrever com maior clareza as informações já existentes em outros materiais de alcance de outros leitores e pesquisadores. Tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos com hipóteses pesquisáveis (Gil, 1999, p.43)

Como meios de discutir sobre o papel do professor na Educação Inclusiva, bem como a importância da formação do corpo docente no processo de ensino aprendizagem de alunos deficientes, foram consultados *sites*, revistas (periódicos), material digital e outros meios de divulgação de informação correlatos à temática abordada no presente artigo. E foram selecionados materiais utilizando critérios de inclusão que obedecem ao tema, incluindo os referenciais teóricos como forma de fortalecer as discussões do trabalho. Já as publicações que não abordavam sobre a temática foram excluídas da pesquisa.

As propostas de análise e interpretação dos dados estão organizadas seguindo o método de análise de conteúdo, com base em estudos de Laurence Bardin (2016), cuja interpretação dos resultados obtidos foi apoiada nos elementos constitutivos dos mecanismos do processo de comunicação. Dessa forma, as informações colhidas foram organizadas por meio de estudos teóricos em referências sobre os desafios da educação escolar inclusiva, comparando as dimensões, modelos e perspectivas da gestão escolar.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em bancos de dados, como: *Google Scholar* e *Periódicos Capes*. Foram reunidos então, artigos, projetos e dissertações que tinham a seguinte palavra-chave: Educação inclusiva de pessoas com deficiências, posteriormente foi feito um refinamento na busca, acrescentando mais uma palavra-chave: Educação de Jovens e Adultos - EJA.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a finalidade de alcançar o objetivo exposto anteriormente, o presente estudo consistiu na pesquisa teórica com reflexões sobre a educação inclusiva e seus efeitos na vida dos educandos, a partir da seleção e revisão de artigos que trabalhassem os conceitos relacionados às ferramentas adotadas para a inclusão de pessoas com deficiência no contexto do programa de Educação de Jovens e Adultos seguindo a abordagem metodológica e as suas contribuições.

No que concerne ao processo de inclusão, Batista e Cardoso (2020) trazem reflexões reais da Inclusão Educacional, entendendo que coexiste a marginalização por parte do sistema educacional visando atender as deficiências dos alunos e atingir a efetividade no processo de aprendizagem e inclusão destes. Portanto, ainda de acordo com a abordagem desses autores, para que se tenha uma Educação Inclusiva bem-sucedida na escola torna-se imprescindível que seja apresentada acessibilidade desde a entrada no ambiente escolar até os equipamentos, organizados para que todos os alunos possam utilizá-los com autonomia.

Cabe ressaltar que Lopes e Lino (2021) discutiram a relação da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Especial, sob a perspectiva inclusiva, e destacaram as dificuldades dos professores que atuam na modalidade EJA com alunos da Educação especial. As autoras consideram que ainda existe um longo caminho a percorrer, pois há a necessidade de suprir carências que podem dificultar o processo de inclusão com aprendizagem das pessoas com

deficiência dentro de salas de aulas. Os Professores são desafiados a ministrar um ensino de qualidade para pessoas com necessidades específicas e turmas muito cheias de alunos.

Destaca-se ainda que o maior desafio na educação inclusiva é a falta de capacitação e consequentemente ausência de preparo dos professores para lidarem com os alunos com deficiência. Pois há um número aquém do desejado de professores especialistas em Libras ou Braille e áreas da educação de alunos com necessidades especiais específicas (Ferreira, 2018). Portanto, para que ocorra a inclusão há uma proposta de criação e atualização de um currículo no qual métodos e práticas permitam que cada estudante possa aprender de forma diferente.

Outro aspecto a ser enfatizado, está destacado na pesquisa da autora Kassar (2014) que realizou estudos abordando a análise das características da formação de professores, considerando os programas a nível federal para a formação de uma educação inclusiva de fato. Tendo como principais resultados, evidências de uma quantidade elevada de professores graduados, em especial os que atuam no atendimento educacional especializado e na educação especial. Porém, as análises indicaram que o processo de formação era precário quando se considera as características dos programas de formação e o nível de escolarização dos alunos com deficiências.

Santos (2018) acredita que para que seja efetivado todo o processo de inclusão dos alunos da Educação Especial, deve-se ter uma maior aproximação da escola e pais e ou responsável, priorizando o respeito e valorizando o potencial de cada aluno, mesmo com suas limitações para que os mesmos consigam alcançar seus sonhos e objetivos. E destaca ainda que o sucesso da Educação Especial será de fato consolidado quando houver uma participação ativa dos órgãos competentes que regem a Educação, assim como a conscientização da comunidade escolar.

Nesse sentido, cabe mencionar que Poker (2018), ao realizar estudos sobre a relação das dificuldades de aprendizagem e a educação inclusiva, demonstrou que uma educação inclusiva deve reconhecer a diversidade do aluno, adaptando-se às características de aprendizagem de cada um. Além de oferecer condições para o aluno possa superar ou amenizar suas dificuldades, independente das causas dos problemas no processo de escolarização e aprendizado.

Já Ferreira (2018), aborda a educação inclusiva como uma modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado um processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito à escolarização. Dessa forma, a inclusão toma como base a existência de uma comunidade escolar e um sistema de ensino que sejam acessíveis e únicos para todos.

Em relação aos desdobramentos pedagógicos na educação inclusiva, Borges e Paini (2016) realizaram estudos sobre a educação inclusiva voltada à prática pedagógica como norteadoras da educação inclusiva. E observaram que é relevante para uma sociedade bem sucedida, que seja estabelecido o respeito à diversidade constituída. Assim, a educação inclusiva pode promover a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos, proporcionando um ambiente de aprendizagem capaz de acolher e atender às necessidades de todos os alunos.

Salienta-se no que se refere às questões de inclusão, que durante a pesquisa permitiu perceber aspectos que apontam os desafios da pessoa com deficiência, pois os recursos humanos, arquitetônico e financeiros nem sempre condiz com a realidade e sustentação de um ambiente inclusivo, que propicie resultados favoráveis na construção de educação significativa que seja atendida às especificidades do aluno com necessidades educacionais.

Silva e Campos (2018) ao realizar uma pesquisa sistemática com análise de teses e dissertações sobre a formação continuada de professores para a inclusão de alunos do EJA com deficiência, enfatizaram que os estudos voltados para a formação dos professores para atuarem na EJA com alunos com deficiência foram voltados para a concepção dos professores sobre seu processo de formação. E apontaram que tais profissionais tinham fragilidades justamente em sua formação inicial e continuada, o que interfere diretamente na qualidade do processo de

ensino e aprendizagem. Porém, ao mesmo tempo em que as pesquisas evidenciavam que os professores não se sentiam preparados para atuarem com este público na EJA, existiram estudos que destacavam o trabalho colaborativo como estratégia para a melhoria da formação inicial e continuada dos professores.

Para Ferreira (2018) a aprendizagem escolar estar diretamente vinculada ao currículo, organizado para orientar, dentre outras, os diversos níveis de ensino e as ações docentes. A partir dessas ações, existem as possibilidades de adequação de situações que possam favorecer e respeitar os ritmos e estilos diferentes de aprendizagem dos alunos. Portanto, verificou-se que os professores em formação buscam novas formas de intervenções pedagógicas em busca de minimizar os problemas enfrentados para a obtenção de um ensino com qualidade esperada.

Destaca-se outra pesquisa relevante sobre a atuação da escola e do Professor na Educação na Educação de Jovens e Adultos, considerando as práticas pedagógicas e a formação do professor para que o ensino possa ser trabalhado de maneira igual para todos os alunos. Onde os autores Previatti, Petris e Zanandrea (2021) falam de inclusão e dos desafios encontrados em relação à inclusão dos alunos com deficiência, especificamente, a auditiva. Com a pesquisa, foi possível reconhecer as pessoas deficientes como pessoas inteligentes, que conseguem desenvolver suas estratégias de sobrevivência. Este estudo mostrou que para haver uma inclusão de maneira permanente, a escola e a comunidade devem se organizar para receber as pessoas com deficiência respeitando suas características e diferenças e contribuindo para a obtenção dos objetivos, com uma inclusão efetiva.

Pode-se constatar que a Educação inclusiva não é apenas uma forma de inserir fisicamente os alunos com deficiências. É necessário que a comunidade escolar tenha bastante suporte para desenvolver ações pedagógicas para trabalhar com os mesmos alunos, ou seja, todos precisam estar envolvidos, escola, pais e comunidade escolar como um todo, para obter resultados satisfatórios no aprendizado aos alunos.

De maneira geral, verificou-se também que o professor da EJA se sente muito responsável no que se refere a evitar situações de desânimo e de fracasso escolar. Para estes, as dificuldades sempre irão existir, mas cada aluno tem a decisão de ser o não derrotado ou agir, lutar e vencer os obstáculos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de Educação Inclusiva não está relacionada ao simples ato de matrícula, mas na busca de analisar como os professores da educação de Jovens e adultos (EJA) devem ser treinados para ensinar os alunos com deficiência. A análise desse estudo revelou que a inclusão é um ato pedagógico que exige percepção e conhecimento da realidade assim como, práticas Pedagógicas eficaz no processo de ensino e aprendizagem que venha beneficiar todos os alunos independente das suas limitações.

Este artigo possibilitou reflexões sobre as práticas educacionais inclusivas na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Essas reflexões auxiliam na compreensão de como ocorre o processo de elaboração dos conceitos e das experiências práticas, portanto, se faz necessário focar em formação continuada do professor, para o debate do tema e levantamento de novas propostas e novas tecnologias.

Destacou-se ainda, que as ações e práticas dos profissionais da Educação são importantes, à medida que há uma ampliação da compreensão da necessidade de mudança de atitude e postura em relação à participação e aprendizados dos alunos. Sendo que as práticas de inclusão de alunos com deficiência nas escolas e ações que precisam ser inseridas no âmbito escolar devem levar em consideração aos estudos dos teóricos e seus apontamentos dos caminhos e exemplos, assim como, as experiências dos profissionais que no dia a dia, no contexto escolar, devem dar condições para se obter maior satisfação daquilo que se deseja

alcançar, que é a qualidade do aprendizado significativo do aluno.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L.A. Pensar a diferença/deficiência. Brasília: CORDE, 1994.

ARANHA, Maria Salete Fábio. A inclusão social da criança com deficiência: criança espacial. São Paulo, Roca, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**/ Laurence Bardin: tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>. Acesso em 01 jul. 2023.

Bautista, R. (1997) (Org.). Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Dinalivro.

BORGES, Marilene Lanci; PAINI, Leonor Dias. A educação inclusiva: em busca de ressignificar a prática pedagógica. Universidade Estadual de Maringá – UEM. 2016.

BRASIL. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, n.5, p.7-25, 1999.

COELHO, W. L. R.; KATO, F. B. G. A educação superior na perspectiva inclusiva: contribuições acadêmicas sobre a política de acessibilidade. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.10, p. 66399-66419, 2022.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer**. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em 8 de jul. 2023.

FERREIRA, M; CADAVIECO, S. Educação inclusiva: O professor como epicentro do processo de inclusão. Revista nacional e internacional de educação inclusiva. V8.N1, 2015.

KASSAR, M. de C. M.. (2014). A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS. Cadernos CEDES, 34(93), 207–224. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000200005>.

LOPES, M. C. **O lado perverso da inclusão - a exclusão**. (Org.) Sobre Filosofia e Educação: racionalidade e tolerância. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p.207-217.

LOPES, Giovana Cerqueira. LINO, Lucília Augusta. **Educação de jovens e adultos e educação especial no contexto da educação inclusiva: confluências**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, pp. 46-72. Maio de 2021. ISSN:2448-0959.

MAZZOTTA, M. J. Educação especial no Brasil. História e políticas públicas. São Paulo, Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Educação Especial/Inclusiva no Brasil: demandas contemporâneas. Cad. Pes., São Luís, v. 23, n. Especial, p. 152-160, set./dez. 2017.

PREVIATTI, S.M.P; PETRIS, J.P.; ZANANDREA, R. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma análise sobre a inclusão com ênfase no ensino e na aprendizagem da pessoa com deficiência auditiva**. Cadernos Zygmunt Bauman, ISSN 2236-4099, vol. 11, num. 26, 2021.

POKER, R. B. Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva. **APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [S. l.], v. 2, n. 9, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3149>. Acesso em: 1 set. 2023.

SANTOS, B.F. Educação Especial: Desafios em busca da Inclusão. Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 23, n. 2, p. 122-152. Jul./Dez. 2018.

SILVA, M.C. Educação inclusiva [recurso eletrônico]. Porto Alegre; SAGAH, 2017: ISBN 978-85-9502-035-1

SILVA, M. C. L.; CAMPOS, J.AP. P. **Formação de professores para inclusão escolar na modalidade de educação de jovens e adultos: análise de pesquisas**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 3, p. 1154-1167, set./dez., 2018. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.22633/rpge.v22i3.11391

UCHÔA, M. M. R.; CHACON, J. A. V. Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 35, p. e46/1–18, 2022. DOI: 10.5902/1984686X69277. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69277>. Acesso em: 1 set. 2023.

ZIMMEMANN, E.C. **INCLUSÃO ESCOLAR**, 2008. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190>. Acesso em 01 jul. 2023.